

● POLÍTICA

Silêncio de Lisboa justifica eleições antecipadas

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dnnoticias.pt

Se no início do próximo mês a Assembleia da República não aprovar os dois projectos de lei, do PSD e do CDS, para suspensão de duas parcelas da dívida da Região à República e dos limites de endividamento, estaremos perante um cenário extremo e uma crise política que poderá levar a eleições regionais antecipadas.

Esta é a conclusão a que se chega perante os acontecimentos, ou ausência deles, dos últimos dois meses, no que diz respeito aos sucessivos pedidos de ajuda da Região a Lisboa. O silêncio do primeiro-ministro dura há precisamente dois meses, no que é acompanhado pelo Presidente da República. A manter-se esta situação, perante uma situação de emergência, é fácil concluir que o Governo Regional terá de avançar para uma posição mais dura que, no extremo, poderá passar pela demissão e realização de eleições regionais.

Miguel Albuquerque não confirma qualquer intenção de provocar eleições ou outro tipo de crise política, porque o importante, diz, “é defender os madeirenses e garantir meios” para responder aos efeitos da pandemia, mas deixa bem claro que vai haver “uma hora da verdade”. E isso será quando os diplomas forem discutidos e votados em São Bento. Isso se, entretanto, não vier uma resposta de Lisboa.

“Temos de ver qual a posição das forças políticas que dizem que tanto defendem a Madeira”, desafia o presidente do Governo Regional.

Albuquerque não aceita a situação actual em que da República não vem qualquer resposta, o que considera “um absurdo” e diz que a Região



Relações de Albuquerque com Marcelo e Costa chegaram a um ponto de ruptura. FOTO ARQUIVO

tem o “direito de resistir” perante uma “situação grotesca”.

O presidente do Governo Regional esperava “nem que fosse uma referência” às regiões autónomas, tanto do governo como do Presidente da República e não compreende uma “desconsideração” ao povo da Madeira e dos Açores.

“Temos de fazer alguma coisa”, afirma o governante que coloca todas as esperanças na aprovação dos diplomas, no início do próximo mês - estará tudo acertado com Rui Rio e com o CDS - ou que, antes, António Costa explique qual a ajuda que as regiões autónomas podem ter.

O DIÁRIO ouviu altos dirigentes e militantes do PSD-Madeira que

ALBUQUERQUE NÃO ASSUME ‘REMÉDIO EXTREMO’ MAS DEFINE UMA ‘HORA DA VERDADE’

não excluem a possibilidade de o partido, mais uma vez, avançar para eleições antecipadas, como resposta a Lisboa.

Orçamento num impasse

Esta indefinição de Lisboa coloca problemas complicados ao Governo Regional. Desde logo a incerteza quanto às verbas que poderão ser inscritas como receitas extraordinárias num orçamento suplementar que terá de ser apresentado.

O documento está a ser preparado, mas a Vice-presidência só o apresentará quando tiver a certeza do que poderá contar, tanto de Lisboa como de verbas comunitárias.

Pedro Calado lembra que a Região

CRISE DE 2007

■ Entre 2005 e 2006, as alterações impostas à Lei das Finanças das Regiões Autónomas pelo governo socialista de José Sócrates provocaram o que o Governo Regional considerou ser um garrote e uma tentativa de impedir o cumprimento do programa eleitoral. Alberto João Jardim protestou, ao longo de vários meses e, no Outono de 2006 era evidente que uma crise política era inevitável. Isso mesmo foi antecipado por este jornal. Jardim negou, chegou a considerar “uma loucura” mas, em Fevereiro do ano seguinte - três meses depois - consumava a demissão e provocava eleições antecipadas. A demissão só não terá acontecido antes porque entretanto estava a decorrer a campanha para as eleições presidenciais que iriam confirmar a reeleição de Cavaco Silva. A Madeira foi a votos e o PSD conseguiu uma vitória eleitoral esmagadora. Os sociais-democratas tinham vencido, em 2004, com 53,7% mas, a 6 de Maio de 2007, chegaram aos 64,2%. O PS, que tinha chegado aos 27,4%, três anos antes, ficou-se pelos 15,4%. Alberto João Jardim interpretou este resultado como um apoio, claro, às suas posições. Tal como há 14 anos, também agora estamos numa fase de pré-campanha para as eleições presidenciais.

precisa do dinheiro “agora, não é daqui a seis meses ou um ano”.

Dentro de dias terá lugar um debate de urgência, na Assembleia Legislativa, para abordar o silêncio da República e as consequências para a Região.

PSD em alta?

A análise política do confronto entre o Funchal e Lisboa tem de ser feita, também, ao nível partidário. A demissão do Governo Regional e a realização de eleições antecipadas - por agora uma solução rejeitada por Albuquerque - seria uma prova de força, para avaliar qual o apoio do eleitorado às reivindicações da Região. Em 2007, foi essa a opção de Alberto João Jardim (ver destaque).

A opção foi levantada, recentemente, num debate no DIÁRIO, por Ricardo Vieira e ganha consistência com o prolongar da incerteza sobre a resposta ao pedido de ajuda financeira.

O PSD vem de umas eleições regionais, em Setembro do ano passado, que ganhou mas ficou sem maioria absoluta e viu o PS aproximar-se muito.

Neste momento, os sociais-democratas e o CDS podem beneficiar dos bons resultados das medidas de contenção da pandemia, com muito poucos casos e nenhuma morte registada. Os próximos meses, no entanto, serão de crise e esse ‘estado de graça’ pode desaparecer. Por isso, uma opção por um ‘remédio extremo’ terá de ser rápida.

CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE ALBUQUERQUE SERIA PARA DEFENDER A DESCENTRALIZAÇÃO

■ Ontem, o jornal Público noticiava que figuras do PSD e da área do centro-direita estariam a pressionar Miguel Albuquerque para uma candidatura à Presidência da República, enfrentando Marcelo Rebelo de Sousa de quem foi um dos primeiros apoiantes, há cinco anos. Guilherme Silva, ex-deputado do PSD-Madeira na Assembleia da República, é um dos militantes que veriam com bons olhos essa candidatura.

Também Pedro Calado, em declarações ao Expresso, assumia que veria “com bons olhos” essa candidatura, porque considera impor-



tante uma candidatura à Presidência da República reformista. “A Madeira tem de se fazer ouvir”, disse o vice-presidente do Governo Regional ao semanário.

Albuquerque não comenta a possibilidade de avançar para uma candidatura presidencial mas, pelo que foi possível confirmar, as pressões de políticos das área do centro-direita são reais.

Uma das principais razões apontadas para tentar convencer o presidente do Governo Regional é a proximidade entre Marcelo e António Costa e um certo “porreirismo” que impede que sejam assumidas

reformas de fundo no país.

O esquecimento a que estarão votadas as regiões autónomas, mas também o Norte e o Algarve, têm motivado sucessivos protestos e é criticado o silêncio do Presidente da República. A descentralização do país, que foi debatida por uma comissão com várias personalidades, continua parada.

Albuquerque, que goza de alguma popularidade ao nível nacional, reforçada pela forma como enfrentou a pandemia na Madeira, poderia ser visto como uma voz reformista, representativa das regiões do país ignoradas por Lisboa. J.F.S.